Aprovado por unanimidade em 27/01/2021

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

ANO 2020

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

ANO 2020

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2020 *5*
Nota de Abertura 5
Evolução da Atividade 7
Agradecimentos 7

CAPÍTULO I **8**

Visão 10
Valores 10
Política da qualidade 10
Modelo de gestão 10

CAPÍTULO II **14**

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco *14*
Enquadramento Histórico 14
Evolução da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco 16
A Santa Casa da Misericórdia na atualidade 17
Na área Social: 17
Na área da saúde: 17
Na área da educação e formação: 17
Infância e Juventude 17
Terceira Idade/População Sénior 18
Família e Comunidade 18
Outros grupos desfavorecidos 18

Equipamentos Sociais *19*
População Sénior/Terceira Idade – Sede 19

População Sénior/Terceira Idade – Exterior *22*
Estrutura das respostas sociais 23
Equipamentos de Saúde 24

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 2019 *25*

Dos Serviços *25*
Secretariado da Provedoria 25

Administração e Gestão **25**

Secretaria-geral e Património 25
Arquivo e Património Histórico (APH) 27
Departamento de Recursos Humanos 27
Departamento de Recursos Materiais/Armazém 28
Departamento de Recursos Financeiros 29

Respostas Sociais *30*

Infância e Juventude **30**

Índice De Figuras

Figura 1: Organograma 10
Figura 2; Frei Bartolomeu da Costa 16
Figura 3: Pavilhão A - *Entrada para o Salão Nobre* 19
Figura 4: Pavilhão A - *vista do 1.º andar - quartos* 19
Figura 5: Pavilhão B 19
Figura 6: Pavilhão C 19
Figura 7: Pavilhão E 19
Figura 8: Pavilhão F 20
Figura 9: Pavilhão G 20
Figura 10: Pavilhão H 20
Figura 11: Pavilhão I 20
Figura 12: Pavilhão J 21
Figura 13: Centro de Dia Sto. António 22
Figura 14: CCJCA - Pavilhão A 22
Figura 15: CCJCA - Pavilhão B 22
Figura 16: Centro Social Dr. Adriano Godinho - Pátio 22
Figura 17: Centro Social Dr. Adriano Godinho - Entrada 22
Figura 18: Centro de Medicina de Reabilitação 24
Figura 19: Unidade de Cuidados Continuados Integrados 24

quando doaram esses bens. Todavia, informa-se que Graças a Deus que continuamos a ser contemplados com doações de património que suplantaram essas mesmas vendas.

No entanto, as despesas são sempre e em qualquer circunstância, motivo de ponderação para a Mesa Administrativa que, no futuro próximo, se vai empenhar decisivamente na manutenção da procura de outras fontes de rendimentos estáveis, proporcionando receitas que possam constituir pressupostos no caminho, sempre desejado para a sustentabilidade da nossa Misericórdia. E isso vai exigir muito trabalho e uma continuidade na gestão rigorosa, aliados a um apuramento de poupanças e rentabilização do nosso património imobiliário. Todavia, devem ser adotadas estratégias empresariais e de medidas inovadoras, procurando extrair o máximo partido de uma previsibilidade e de solidez de gestão e também do investimento na qualificação contínua dos nossos recursos humanos.

Em todo o caso, creio que temos razões para manter a esperança num futuro melhor e na secular longevidade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco. Como continuamos a acreditar que podemos aperfeiçoar o funcionamento dos nossos equipamentos, com a prossecução de modernizar as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e a ampliação de algumas dessas mesmas Estruturas e inovar nas atividades a desenvolver, designadamente na área das demências, podem representar assim um marco importante no novo ciclo de vida desta instituição.

A sociedade civil albicastrense pode rever-se, com orgulho, na sua Misericórdia. E esta instituição quer cada vez mais, abrir-se à cidade e ao concelho.

Este é o nosso nível de ambição que continua e sempre com uma extraordinária convicção que é bem demonstrativa numa cultura de empenhamento, dedicação e elevado ritmo e qualidade de trabalho, exemplo este desenvolvido em permanência pela Mesa Administrativa, que é o órgão responsável pela gestão da nossa Misericórdia e que é bem seguido pelos nossos Colaboradores.

A Mesa Administrativa

CAPÍTULO I

Denominação, fim e natureza jurídica

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, também, abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco ou simplesmente Misericórdia de Castelo Branco, fundada no dia 16 de fevereiro de 1514, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio, com solidariedade, a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristã.[1]

Em conformidade com a sua ereção canónica, a Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco encontra-se sujeita ao regime especial decorrente do Compromisso celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Conferência Episcopal Portuguesa, assinado em 2 de maio de 2011 (de ora em diante designado abreviadamente por Compromisso CEP/UMP) ou de documento bilateral que o substitua, o qual consubstancia o Decreto-Geral Interpretativo da Conferência Episcopal Portuguesa, da mesma data.[2]

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco tem, também, reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.[3]

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, constituída por tempo indeterminado, tem a sua sede na Rua Bartolomeu da Costa 6000-773 Castelo Branco, no concelho de Castelo Branco, distrito de Castelo Branco e exerce a sua ação e atuação na cidade de Castelo Branco, podendo também desenvolver as suas atividades em todo o concelho, estabelecendo, para o efeito, delegações.[4]

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, pode igualmente estender a sua ação aos municípios limítrofes ao da sua sede, desde que aí não exista outra Santa Casa da Misericórdia ou que, existindo, esta expressamente não se oponha.[5]

Está registada na Direção Geral de Segurança Social, sob o n.º 7/82, a fls. 21 e 21 v no Livro das Irmandades das Misericórdias.

O Governo da Irmandade reside na Assembleia Geral e, por delegação desta, na Mesa Administrativa e no Definitório ou Conselho Fiscal. [6]

As tarefas/pelouros da administração são distribuídas pelos elementos que constituem a Mesa Administrativa, na sua primeira reunião de início do mandato.[7]

> Numa sociedade verdadeiramente livre e civilizada, o lugar central deve ser dado às associações e organizações voluntárias. É do fortalecimento deste sector intermédio entre o governo e o mercado, um setor de base voluntária, que cada vez mais depende a solução para problemas públicos.
>
> *Alves e Moreira, 2004*

[1] N.º 1, art.º 1.º do Compromisso
[2] N.º 1, art. 1.º do Compromisso
[3] N.º 3, art.º 1.º do Compromisso
[4] N.º 1, art.º 2.º do Compromisso
[5] N.º 2, art.º 2.º do Compromisso
[6] Art.º 13.º do Compromisso
[7] N.º 1, art.º 14.º do Compromisso

Visão

A SCMCB assegura a satisfação das necessidades da comunidade, adequando e diversificando as respostas sociais, de forma contínua, colaborativa e sustentada;
A SCMCB pretende ser reconhecida, no meio envolvente, como uma instituição de referência na região em que opera, alargando e melhorando os serviços prestados à comunidade, prosseguindo a médio prazo a sua certificação.
Proporcionar formação profissional qualificada aos recursos humanos, de forma a responder às necessidades da Instituição, visando a obtenção da excelência dos serviços prestados nas várias respostas sociais, garantindo o bem-estar e a qualidade de vida dos utentes enquanto seres humanos.

Valores

A SCMCB pauta a sua atividade pelos seguintes valores:

- Respeito pela dignidade humana;
- Solidariedade;
- Igualdade;
- Rigor e Zelo;
- Integridade;
- Empenho e Cooperação;
- Iniciativa;
- Culto católico;
- Lealdade e honestidade.

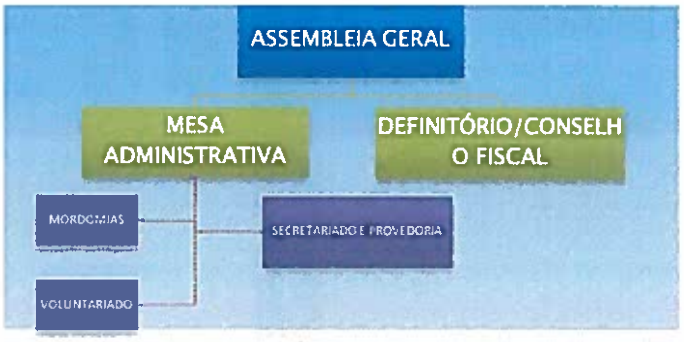
Política da qualidade

Atingir níveis de rentabilidade elevados na utilização de recursos;
Através da sua estrutura organizacional, garantir uma elevada qualidade dos serviços prestados visando a satisfação dos Utentes;
Proporcionar a melhoria contínua das condições de trabalho e de motivação aos seus Colaboradores;
Atuar em prol da Sociedade, e honrar os compromissos com Fornecedores, Colaboradores e Utentes;
Estabelecer com as Organizações convergentes na realização da missão, relações de parceria que possibilitem o mais eficaz impacto dos serviços prestados.

Modelo de gestão

A organização interna da SCMCB obedece a um modelo de estrutura hierárquica, funcional, que está sistematizada no organograma específico.

Figura 1: Organograma



A SCMCB incorpora um vasto conjunto de energias, de meios e recursos técnicos, humanos e financeiros, de competências e saberes, numa atitude de mediação entre problemas e soluções.

A parceria é também uma estratégia de intervenção privilegiada.

Estruturada em torno de um modelo técnico, a sua intervenção baseia-se em elevados níveis de competência, de tecnicidade, de rigor e de profissionalismo de todos os colaboradores.

Reconhece os colaboradores como um recurso fundamental da organização, promovendo e valorizando as competências e o mérito do desempenho como elemento nuclear da sua gestão.

Promove e apoia o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, estimulando as suas competências.

Norteia-se por um modelo de gestão, em que os princípios reguladores de qualidade dos serviços prestados são:

- A definição clara de objetivos e metas;
- A avaliação constante da sua consecução e dos desempenhos;
- A relação custo/benefício;
- O rigor como critério e estratégia;
- A orientação para os resultados;
- A satisfação dos utentes e dos colaboradores.

Opera os princípios da gestão participada, assentes no pressuposto de que o interesse e a responsabilidade pela missão da SCMCB são de todos e de que o êxito só pode resultar do contributo empenhado de todos, dependendo sempre do esforço de cada um no sentido de atingir o máximo das suas capacidades.

A constituição dos Corpos Gerentes eleitos é a seguinte:

ÓRGÃOS SOCIAIS

Eleitos em assembleia geral de 5/12/2019
(Quadriénio de 2019/2022)

ASSEMBLEIA-GERAL

Manuel Duarte Cardoso Martins	Presidente
João Paulo Martins Infante P. Benquerença	Vice-Presidente
Armindo Marques Matias	Secretário

MESA ADMINISTRATIVA

Efetivos:

José Augusto Rodrigues Alves	Provedor
João Fernando Goulão Pinto	Vice-Provedor
João Manuel Silva Salvado	Secretário
Carlos Joaquim Duarte Ramos Ribeiro	Tesoureiro
Maria de Lourdes Castanheira M. Ramalho Eanes	1.ª Vogal
Fátima Maria Monteiro dos Santos Almeida	2.ª Vogal
Adelino José Caio Minhós	3.º Vogal

Suplentes:

Rui Borges dos Santos
Luís António Dinis da Rosa

CAPÍTULO II

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

Ao serviço de quem precisa

Enquadramento Histórico

Castelo Branco já antes de 1431 possuía uma Albergaria designada de Santa Eulália assim como diversas Confrarias que sustentavam, do acréscimo das suas rendas, um pequeníssimo hospital.

Antes da organização da Misericórdia albicastrense, em 1514, já existiam então quatro confrarias medievais de caridade, cujos bens haviam de fundir-se na nova irmandade, as de S. André, S. Tiago, S. João e S. Pedro.

Foi em 1514 que o Rei D. Manuel aproveitando os pequenos recursos destas Confrarias pobres, e ainda assim, sem lei orgânica de administração instituiu, a exemplo do que se tinha já feito em muitas outras terras do reino, mandou incorporar os bens destas Confrarias na SCMCB.
Segundo H. Castro e Silva 'A Misericórdia de Castelo Branco – Apontamentos Históricos (p. 19-20, 1958) ':

> «Em 15 de Agosto de 1498 fundou a caridosa rainha D. Leonor, mulher de D. João II, a pedido e rogos de Frei Miguel Contreiras, seu diretor espiritual e também por influência do Cardeal de Alpedrinha D. Jorge da Costa, a Misericórdia de Lisboa, modelando a regra desta instituição famosa pela que já existia em Florença desde o ano de 1224 ou 1350 (segundo o Dr. H. Silva), a qual serviu de incitamento à organização das Misericórdias do reino, em que os nossos monarcas, principalmente D. Manuel I, tanto desvelo e cuidado empregaram e que tantas dôres, tantas mágoas e tantas lágrimas deviam aliviar no decorrer dos séculos».

A confirmação da origem da SCMCB está associada a uma carta que D. Manuel dirigiu de Almeirim ao Mestrado da Ordem de Cristo, cujo original, já muito deteriorado, ainda se encontra no arquivo.

Esta carta era do seguinte teor[8]:

> Ouvidor! Nos ElRey vos enviamos muito saudar. Nos somos informados como pola povreza e pouca esmola de cõfradia da Mizericordia de Castello Branco a dita cõfradia não andava ordenada como cumpria ó serviço de D.ª e bẽ da villa, e assy se operdia a devoçõ della e q na dita Villa avia três cõfradias de S. Andre, de S. Thiago e outra de S. juã q tinhã mais bes de q se mantinha hu Hospital e dizia cerats Missas, e q ale disso sobejava rêda e desse sobejo se podia prover e reparar a dita cõfradia de Miz.ª. E porq queremos saber como isto estaa, se he assy como nos dixerõ e se ale das despezas ordenadas sobeja algua renda, vos mandamos q vdes á dita Villa e nos informeis de tudo be decrarado p.ª provermos a isso como nos be parecer. Escrita em Almeiri a 16 de fevereiro de 1514. Gaspar Roiz fez. Rey.

Em face do conteúdo deste documento, a Mesa Administrativa da SCMCB deliberou, em sessão de 28 de Outubro de 1987, apresentar à Assembleia Geral, reunida em 14/11/1987, a proposta seguinte:

> "Proposta n.º 3 – Apreciação e votação de uma proposta que cria o 'Dia da Misericórdia de Castelo Branco' e fixação da respetiva data.

[8] Texto integral, conforme se encontra no Livro atrás citado.

Evolução da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

Desde a sua fundação, a SCMCB registou muitas alterações ao longo dos seus cinco séculos de existência (1514-2014), sendo de registar aqui o seu primeiro benfeitor, o Venerável Bartolomeu da Costa, (1533-1608).

Figura 2; Frei Bartolomeu da Costa

Natural de Castelo Branco, foi Tesoureiro Mor da Sé de Lisboa e grande Benfeitor da Misericórdia de Castelo Branco pois que, por testamento feito em Lisboa a 30 de Abril de 1605, lhe deixa todos os seus avultados bens, incluindo a sua própria casa, sita na Rua d'Ega, destinada à criação de um Hospital de Convalescentes.

Com o legado de Bartolomeu da Costa a Santa Casa pôde efetuar durante quase quatro séculos, no seu hospital, uma ação inestimável em prol dos doentes, que só terminou com a inauguração do Hospital Amato Lusitano em 1 de Maio de 1977, passando então a dedicar-se exclusivamente ao apoio a crianças, jovens e idosos necessitados.

Por ser o primeiro grande benfeitor da Misericórdia e o seu nome estar ligado aos primórdios da sua fundação e por se dever a ele a Instituição que foi crescendo até aos dias de hoje, a Mesa Administrativa deliberou que Frei Bartolomeu da Costa fosse a figura central do seu V Centenário.

Em 3 de Março de 1620, o Rei D. Filipe II, autorizou, por alvará real, a edificação do Hospital da Vila de Castelo Branco, junto à Igreja de Stª Isabel (Stº António) que ficou conhecido por "A Casa do Tesouro Santo".

Em sessão de 05/09/1834 a Mesa Administrativa deliberou pedir a troca do edifício da Misericórdia por um dos dois Conventos: da Graça ou de Sto. António dos Capuchos. Viria a ser escolhido o edifício do Convento da Graça por Portaria do Ministério da Fazenda de 09/0/1835. Por Portaria de 3/2/1836 o edifício do Convento da Graça foi entregue à Misericórdia. O Convento da Graça pertenceu à ordem de S. Francisco até 1526, passando depois dessa data para a de Santo Agostinho.

Após o 25 de Abril de 1974, o Hospital da Misericórdia foi estatizado, através do Decreto-Lei nº704/74, de 7/12. No entanto, continuou a funcionar nas instalações da Misericórdia mediante o pagamento de uma renda pela ocupação das instalações e de uma verba destinada à quitação do valor dos materiais e dos equipamentos de natureza hospitalar. Em 30/04/1975, com a saída do Hospital para o edifício do Estado, inaugurado em 01/05/77, a Misericórdia passou a dedicar-se à assistência de crianças, jovens, idosos e famílias.10

Assim, criou as Valências convenientes para melhor apoiar as crianças, os jovens, os idosos e as famílias, acompanhando a evolução da sociedade e procurando cumprir as 14 obras de misericórdia (7 espirituais e 7 corporais), de acordo com as necessidades atuais dos cidadãos.

[10] Ata de 14/11/77 da Assembleia Geral da Misericórdia de Castelo Branco, pág. 45 do livro de atas.

Presentemente, a atividade assistencial na área da infância e juventude compreende três equipamentos, designados de Centros Infantis, Centro Infantil Guardado Moreira, Centro Infantil Jaqueline Albert, tendo estes dois últimos sido recebidos do Centro Distrital da Segurança Social de Castelo Branco (CDSSCB), através de contratos de Gestão de Comodato.

Terceira Idade/População Sénior

Com a saída do Hospital para o edifício do Estado em 30/04/77 (HAL), inaugurado oficialmente em 01/05/77, as instalações da Sede da Misericórdia que o Hospital ocupava ficaram devolutas, pelo que a Mesa Administrativa de então deliberou criar um Lar de Idosos – Atualmente designados de 'Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas' – ERPI. (Atas nº 6 de 5/04/77, nº 7 de 7/06/77, nº 9 de 31/08/77 e nº 10 de 20/09/77).

Na área da Terceira Idade ou População Sénior, a SCMCB presta ainda serviço nas respostas sociais Centro de Dia (CD) e Centros de Convívio de Idosos (CCI).

Estas respostas funcionam em dependências de outras estruturas sociais já existentes, nomeadamente nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas.

Família e Comunidade

Nesta vertente, presta assistência na área de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), cujos utentes e/ou famílias são assistidos nas suas habitações.

Outros grupos desfavorecidos

Presta ainda serviço de apoio a famílias carenciadas, nas respostas sociais de Emergência Social e Cantina Social, cujo objetivo é o de acolher pessoas em risco de violência familiar, carências económicas pontuais na primeira e suprir carências alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições, na segunda.

Em síntese, as respostas sociais desenvolvidas pela SCMCB, a funcionar em equipamentos estruturados de harmonia com as normas legais em vigor, estão distribuídas por infraestruturas e áreas distintas, a saber:

a) Infância e Juventude – Apoio a crianças e jovens

- Três Creches;
- Três Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (com acordo de cooperação tripartido – SCMCB, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Ministério de Educação).

b) Terceira Idade ou População Sénior – Apoio a pessoas idosas

- Dois Centros de Convívio para Idosos;
- Um Centro de Dia;
- Quatro Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ex-Lares de Idosos).

c) Família e Comunidade

- Serviço de Apoio Domiciliário.

d) Apoio a outros grupos desfavorecidos

- Emergência Social;
- Cantina Social *(Criada em maio de 2012 pelo ISSS, por efeitos da crise).*

- **Pavilhão F**

Figura 8: Pavilhão F

Edifício com capacidade para 109 camas/utentes, distribuídas por 3 Pisos. Foi construído de raiz no local onde estava o edifício da cirurgia do Hospital desde 1932. Este equipamento foi inaugurado em 4/11/1988.

No Piso 1 tem a despensa do dia e as câmaras frigoríficas, o vestiário do pessoal e a sala para o pessoal hoteleiro; cozinha, lavandaria e ginásio e sala de convívio polivalente.

No Piso 2 tem um refeitório e copa para os residentes no lar e para os utentes que frequentam o Centro de Dia; self-service para os funcionários, receção, central telefónica, serviço social, instalações sanitárias para homens e mulheres, gabinete da Diretora Técnica de Estabelecimento, salão de cabeleireira, quartos e vestiário do pessoal.

Nos Pisos 3 e 4 tem quartos, copa, refeitório e sala de convívio.

Foram substituídas mais algumas camas existentes por camas articuladas elétricas com comando.

- **Pavilhão G**

Figura 9: Pavilhão G

Construído de raiz no sítio onde estava o posto de transformação de eletricidade e a casa do caseiro, foi inaugurado em 2000. É um edifício de apoio.

No Piso 0 dispõe de sala de costura, arrecadação e arquivo morto.

No Piso 1 funciona o Serviço de Obras e Animação Sociocultural, o Nutricionista, sala de motoristas, dois gabinetes do Departamento de Recursos Materiais e Instalações Sanitárias.

No Piso 2 tem 3 quartos, sala de convívio de idosos e casas de banho.

No Piso 3 estão instalados os Serviços de Saúde dos Utentes (Gabinetes Médicos e o Serviço de Enfermagem).

- **Pavilhão H**

Figura 10: Pavilhão H

Foi inaugurado em 9/07/1986 e remodelado em 1994.

É constituído por três pisos. Tem capacidade para 11 camas no rés-do-chão e para 11 no 1.º andar.

Na cave funciona uma lavandaria.

- **Pavilhão I**

Figura 11: Pavilhão I

Foi construído de raiz em 2007/2008. É constituído por três pisos e passou a ser ocupado por utentes em 10/11/2008.

Na cave, tem 2 quartos com 2 camas cada um, com casa de banho privativa e sala de convívio, para emergência social; oficinas, sala de pronto a vestir, arrecadações diversas e wc independente.

No rés-do-chão tem vários compartimentos de apoio à cozinha, armazém n.º 1 e 2, salas de voluntariado, instrumentos musicais, formação de pessoal e ensino recorrente.

No 1.º andar tem 1 suite, 6 quartos com casa de banho, refeitório, copa e salas de convívio de residentes e pessoal.

População Sénior/Terceira Idade – Exterior

- **Centro de Dia de Santo António** *(Rua da Misericórdia, n.º 4)*

Inaugurado em 1/12/94, tem capacidade para 15 camas/utentes.

É um equipamento de três pisos em casa feita de raiz, ao lado da Igreja de Santo António. Aqui funcionou uma enfermaria do antigo Hospital em ruínas.

Foi comprado à Câmara Municipal de Castelo Branco, para instalar uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e um Centro de Convívio de Idosos.

Dá ainda assistência a utentes do Centro de Dia que residam nas imediações e que tenham alguma dificuldade de movimentação para se deslocarem para as instalações do CD a funcionar na Sede.

Figura 13: Centro de Dia Sto. António

Dispõe de refeitório, copa e sala de convívio.
Foi instalada uma Plataforma elevatória e um equipamento de ar condicionado na sala de refeições.

- **Centro Comunitário "João Carlos d'Abrunhosa"** *(ex-Centro de Saúde Mental)*

Foi cedido por 10 anos, prorrogáveis, à SCMCB em 20/4/1998, pelo Ministério das Finanças - Direção Geral do Património.

Estes edifícios foram construídos pelo Estado para funcionar um Hospital Psiquiátrico e depois um Centro de Saúde Mental, estruturas assistenciais que foram desativadas, pelo que estas instalações se encontravam devolutas e degradadas por falta e manutenção.

Figura 14: CCJCA - Pavilhão A

Figura 15: CCJCA - Pavilhão B

Depois de terem sido efetuadas obras de remodelação, entrou em funcionamento em 1/07/2000.

Em 30/03/2007 a SCMCB adquiriu este equipamento ao Estado.

Este equipamento é constituído por três edifícios, sendo dois para residência de utentes. O edifício A tem 36 camas e o B 33 camas.

Nos terrenos adjacentes a este complexo foi construído um edifício destinado a uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de média e de longa duração, com capacidade para 55 camas.

- **Centro Social Dr. Adriano Godinho**

Instalado na residência do Irmão Benfeitor Dr. Adriano Godinho de Carvalho Guerreiro, que por testamento a deixou à Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco.

Encontrava-se instalado o gabinete da Rede Local de Interveção Social (RLIS), sendo agora ocupado pelo Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

Figura 17: Centro Social Dr. Adriano Godinho - Entrada

Figura 16: Centro Social Dr. Adriano Godinho - Pátio

Aqui funciona uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), vulgo Lar de Idosos, com capacidade para 38 utentes e um Centro de Convívio de Idosos, com 200 utentes inscritos.

Equipamentos de Saúde

A área da Saúde desenvolve a sua ação através de dois equipamentos:

- Centro de Medicina Física e Reabilitação (CMR);
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI).

O Centro de Medicina de Reabilitação está instalado no rés-do-chão do Pavilhão D, com acesso pela Rua da Graça e encontra-se em funcionamento desde novembro de 1994 e foi inaugurada em 1/12/1994.

Desenvolve a sua atividade nas especialidades de Fisiatria, Ortopedia, Neurologia, Ginecologia, Obstetrícia e Psicologia e tem acordos estabelecidos com diversas entidades, incluindo com o SNS.

Figura 18: **Centro de Medicina de Reabilitação**

Figura 19: **Unidade de Cuidados Continuados Integrados**

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), instalada na Av. Dia de Portugal, a seguir ao Centro Comunitário João Carlos d'Abrunhosa, entrou em funcionamento no dia 1 de agosto de 2014.

Tem acordos de cooperação celebrados com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e com o Ministério da Saúde, abrangendo 21 camas para média duração e reabilitação (MDR) e 30 camas para longa duração e manutenção (LDM). Dispõe ainda de 4 camas não abrangidas por qualquer acordo de cooperação, na estrutura designada de Residência de Saúde e Bem Estar.

Tabela 1: **Tipologias da UCCI**

Valências	N.º Camas
Média Duração e Reabilitação	21
Longa Duração e Manutenção	30
Residência de Saúde e Bem Estar	4

Arquivo

Manutenção do arquivo corrente da Instituição.

Neste período, registaram-se os seguintes movimentos:

Tabela 2: Quadros estatísticos

Expediente	Ofícios	Faxes	E-mails
Correspondência Recebida	3314	-	1906
Correspondência Expedida	1717	-	1289

Atas de Reuniões e de Sessões	
De reuniões da Mesa Administrativa	22
De sessões da Assembleia Geral	2

Irmandade

Controlo de emissão e pagamentos de quotas anuais e vitalícias.

Assessoria na celebração da tomada de posse anual dos novos Irmãos.

Neste período registaram-se os seguintes movimentos:

Irmãos	
No início de 2020	974
Admissões	+19
Saídas - na sua esmagadora maioria por falecimento e por falta de pagamento das quotas.....	-28
Irmãos ativos no final do ano	965

Provedores e Benfeitores	
Provedores desde 1514	161
Honorários (Aprovados em Assembleia Geral)	1
Benfeitores (Aprovados na Assembleia Geral)	144

Património

Manutenção e gestão do cadastro de todo o património rústico, urbano e automóvel, incluindo o apoio nos processos para celebração de escrituras públicas da alienação de propriedades.

Controlo de rendas de prédios rústicos e urbanos, incluindo o aumento anual de rendas.

pelo POISE e coordenado pela AEBB, do qual, devido à pandemia da SARS-COV-2, só uma turma conseguiu terminar uma temática em Junho e outra apenas iniciou em Outubro, tendo sido suspensa devido ao surto de Covi-19 no CCJCA.

As temáticas:

→ Certificação em Geriatria;

→ Comunicação na interação com o utente, cuidador e/ou família;

→ Nutrição na Demência;

→ Planificação e Avaliação na Animação – PADD e registos online;

→ Cuidados a prestar na demência – A importância da ética na prestação de cuidados a pessoas com demência;

→ Planeamento e gestão de altas.

- Gestão de Avaliações de Desempenho, juntamente com chefias e Mesários;
- Gestão do Plano de Férias, juntamente com chefias;
- Gestão administrativa necessária neste departamento (gestão de contratos de trabalho, férias, faltas, penhoras, atendimento ao público, ofícios, entre outros);
- Gestão do arquivo do departamento;
- Gestão de elaboração das escalas de serviço;
- Gestão do processamento de salários de todos os colaboradores;
- Elaborado e submetido o Relatório Único;
- Gestão de carreiras profissionais (progressão vertical e horizontal);
- Gestão de candidaturas do IEFP e IGEFE;
- Gestão de consultas de medicina no trabalho;
- Foi feito o plano de atividades para o ano 2021.

Departamento de Recursos Materiais/Armazém

As atividades decorreram dentro do normal funcionamento da instituição.

Mediante a consulta de preços aos fornecedores, adquirimos ao menor preço dentro dos parâmetros considerados de qualidade.

O Armazém fornece, no local de armazenamento, produtos contra a entrega de uma requisição.

O Departamento de Recursos Materiais e Armazém tem a seguinte rotina diária:

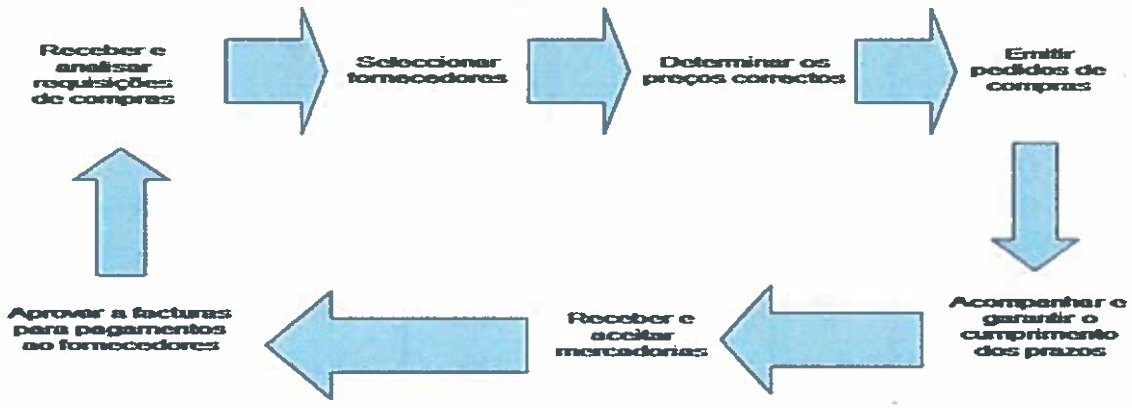


Imagem 1: Processo

Respostas Sociais

Infância e Juventude

Centro Infantil Guardado Moreira (Rua Bartolomeu da Costa)

Para a prossecução e concretização do plano de atividades, comum aos 3 centros da SCMCB, implementámos as seguintes atividades, fortemente condicionadas pela pandemia Covid-19:

Janeiro e Fevereiro – 06/01/20 Comemoração do Dia de Reis com a história "Babushka"; 28/1/2020, Cântico das Janeiras na Sede (3 anos); 31/01/20 Cântico das Janeiras no ISS (5 anos), com CIAT e CIJA e outras valências, colaboradores e Orgãos Sociais da SCMCB; 21/02/20 - Desfile de Carnaval, com o CIAT e CIJA e com a participação dos pais.

Março, Abril e Maio – 13/03/20: Encerramento da instituição, devido à pandemia. As colegas TSG foram destacadas para o lar, e outras ficaram a assegurar a limpeza e lavagem de todos os espaços e materiais do centro infantil. Nos dias seguintes, foram distribuídas tarefas para realizar em regime de teletrabalho: Confeção de "O Meu Cantinho" para o próximo ano letivo, embrulhos para a prenda do Dia do Pai, da Páscoa, confeção de proteção para os sapatos, edredons, bolsas em tecido, proteção de frio para portas, almofadas decorativas (prenda de natal oferecida às crianças), e separadores para dossier de entrada e saída. Desde o dia 23/3/20 algumas colaboradoras foram destacadas rotativamente para CIAT pois este CI esteve aberto para filhos de profissionais de serviços essenciais. Em Maio reestruturam-se os espaços de acordo com o plano de contingência dos CI para Covid 19 (Seleção de materiais adequados, reorganização das salas, readaptação de espaços, definição de horários de entrada, de saída e de rotinas todos desfasados…)

Junho, Julho e Agosto – 01/06/20 Dia Mundial da Criança - Reabertura da instituição de acordo com medidas excecionais definidas pela SCMCB. Oferta de livro editado pela SCMCB "Agora está tudo bem", cuja autora é a educadora Fernanda Antunes, Educadora do CIJA. As atividades passaram a ser organizadas e cingidas a cada sala (bolha) com idas diárias ao exterior e com estratégias definidas por cada educadora para que, com a salvaguarda possível, as crianças brincassem e aprendessem de uma forma natural, mas se minimizassem os riscos de contágio. São exemplo: "sinais" no chão, balde individual para brinquedos, canções de rotinas…

Setembro - Mantiveram-se todos os procedimentos, acrescentando-se o uso do túnel desinfetante à entrada, mais um investimento da SCMCB na prevenção e segurança de crianças e adultos. Em todas as salas continuámos a reforçar estratégias relacionadas com a apropriação de boas práticas para que, sem deixar de se brincar e aprender, se minimizassem os riscos de contágio (baldes, lugares, rotinas de lavagem das mãos, medição de temperatura…) incluindo estratégias de acolhimento e adaptação das crianças.

Outubro – Continuação da exploração da Fábula "Frederico", tema "Fitas e películas. Todas as salas abordaram o Cinema explorando salas de cinemas, com toda a sua dinâmica e funcionamento (bilhetes, lugares…,) bem como algumas figuras, nomeadamente Charlie Chaplin; Exploraram sequências, padrões de repetição associados às películas, e jogos de mímica. Dia 30/10/20 cada sala viveu o Santorinho.

Novembro e Dezembro - Explorou-se o clima e os fenómenos atmosféricos. Em cada sala surgiram conteúdos diversos: chuvas, planeta Terra, exploração e confeção de paus de chuva. Em 11/11/20 cada sala dinamizou o Magusto com piquenique, com a visita desfasada do "Frederico" e do "Sr. Manel", vendedor de

seguida, sentiram o cheirinho bom que saía por entre as chamas da fogueira que aquecia as castanhas e as assava de uma maneira que alguns de nós desconheciam. O Natal – oportunidade única para aquele dia ser o dia de natal em casa. Desde o primeiro minuto tudo surgia como a preparação para aquela noite mágica que nos traz afetos e lembranças. As crianças confecionaram alimentos, decoraram os espaços para a ceia de natal, colocaram o sapatinho na lareira, ouviram histórias, viram o "Ratinho Frederico", vestiram o pijama, deitaram-se ao fim do dia como se da noite se tratasse, surgiu a magia e havia prendas no sapatinho. E, quando a família os vinha buscar, a euforia e a alegria transbordava pelas "paredes" do Centro Infantil.

A terminar este relatório de referir que foi escrito um livro infantil onde o tema principal é o sonho de ficar bem… hoje ainda nada está bem. Vários acontecimentos menos bons entrelaçam-se nesse sonho, mas a história ainda não acabou… continuamos com a esperança e o sonho de um dia, não muito longínquo, podermos dizer: Vitória, vitória, acabou-se a história… Agora Está Tudo Bem!

Foto 3: Atividades diversas

Centro Infantil Alberto Trindade (Rua Eng.º Frederico Ulrich)

No ano de 2020 continuamos a dinamizar o **Projeto Educativo "Fábulas de Ontem…Olhares de Hoje"**, tendo sido realizadas algumas atividades em conjunto com os outros 2 Centros Infantis da SCMCB, indo ao encontro do Projeto Educativo e as Orientações Curriculares.

O ano foi iniciado com a comemoração do dia de reis e terminou com o cantar das janeiras, com as crianças do pré-escolar a deslocarem-se a diversas instituições da nossa cidade.

Foto 4: Atividades

Em fevereiro, as crianças juntamente com a família e as colaboradoras participaram mais uma vez no cortejo carnavalesco.
Devido ao aparecimento do novo coronavírus, COVID-19, e este ter sido considerado como uma pandemia a SCMCB decidiu encerrar os Centros Infantis de 16 a 30 de março, no entanto seguindo das orientações do Governo e da Direção Geral de Saúde os Centros Infantis continuaram encerrados até dia 30 de maio. Na sequência da situação excecional que se vivia no nosso país, relativamente à situação epidemiológica, a SCMCB decidiu disponibilizar o CIAT para o acolhimento dos filhos dos profissionais de serviços essenciais, reabrindo a 23/03/2020 como Creche e Pré-Escolar, e encerrando dia 15/05/2020.

No mês de junho, as nossas crianças puderam regressar ao CI onde estava implementado o Plano de Contingência e eram seguidos diversos procedimentos de forma a prevenir qualquer possível contágio ou surto. As atividades passaram a ser organizadas em cada sala e as crianças adaptaram-se a novas formas de brincar e conviver com os seus pares e adultos. As visitas ao exterior, as atividades extra curriculares a circulação de pais no CI deixaram de fazer parte das rotinas habituais e novas rotinas instalaram-se no CI, nomeadamente o horário de funcionamento, nos horários das entradas e saídas, na circulação dos espaços, nos procedimentos de limpeza, nos almoços, nos dormitórios e na dinâmica das rotinas e das salas de atividades. No do Dia Mundial da Criança foi oferecido um livro, a cada criança,

Serviço Social

Em 31/12/2020, a S. C. Misericórdia de Castelo Branco prestava serviço, em termos *de Estruturas Residenciais para Idosos e Centro de Dia a **368** utentes.*

No ano de 2020:

Saídas de utentes - 70 (26 homens e 43 mulheres - óbitos) + (1 mulher – regresso ao domicílio)

Novas inscrições - 97 (38 homens e 59 mulheres);

Utentes temporários - nas ERPI's foram atendidos **7 utentes** (1 homens e 6 mulheres);

Novos utentes - nas respostas sociais ERPI's e Centro de Dia foram admitidos **61** novos utentes - ERPI's - **59** (18 homens e 41 mulheres); Centro de Dia – **2** (2 mulheres).
Considerando a situação de pandemia COVID-19 que atualmente se vive, foi mantida a maior taxa de ocupação possível, no conjunto de todas as ERPI's, assegurando as condições impostas pela circular 09/2020 da Direção Geral de Saúde.

No âmbito do Serviço Social foram realizadas, entre outras, as seguintes atividades:

- Avaliações sociais a candidatos com vista à admissão, considerando a realidade familiar do utente, suas necessidades e limitações.
- Realização de diagnósticos socioeconómicos com vista ao cálculo das comparticipações familiares de utentes da E.R.P.I. e Centro de Dia.
- Acolhimento dos novos utentes da E.R.P.I. e Centro de Dia - Sede, e o acompanhamento e integração dos mesmos.

No âmbito do apoio psicossocial destacam-se algumas intervenções:

  - Gestão de conflitos entre utentes (prevenir o aparecimento de conflitos; Gerir conflitos existentes; Analisar e estimular a interação dos utentes).
  - Apoio informativo e formativo a utentes e familiares.

- Elaboração da informação sobre as frequências mensais de utentes da resposta social – Centro de Dia abrangidos por acordo de cooperação, e o seu posterior envio ao C. Distrital da Seg. Social.
- Gestão de ocupação das vagas de reserva da Seg. Social.
- Gestão dos processos dos complementos adicionais.
- Colaboração com as Diretoras Técnicas de Estabelecimento e dado apoio, sempre que solicitado.
- Apresentação de várias propostas e pareceres.
- Foi dada resposta ou feito encaminhamento, em tempo útil, às solicitações de todos os que diariamente contactaram com o Serviço Social, via telefone e/ou presencialmente;
- Foi posto em prática o plano para operacionalização das visitas presenciais aos utentes colaborando no agendamento prévio, registo e acompanhamento de visitantes e fazer cumprir as medidas constantes do mesmo.
- Foi dada resposta aos vários problemas que surgiram no contexto da atual pandemia, naquilo que diz respeito a este serviço.

Serviço de Animação Sociocultural

O Serviço de Animação Sociocultural, das Estruturas Residenciais para a Pessoa Idosa da Nª Instituição, desenvolveu diversas atividades tendo em atenção o impacto da Pandemia causada pelo Covid-19. Assim, os objetivos primordiais das atividades realizadas visaram a maximização de comportamentos adequados de proteção individual, bem como, a promoção de intervenções no sentido de prevenir e reduzir o risco individual e comunitário.

Objetivos: Aquisição de novos conhecimentos/competências profissionais para melhoria da qualidade do serviço prestado

- Atendimento diário de utentes e colaboradoras;
- Supervisão na elaboração das escalas mensais de serviço;
- Elaboração e controlo de mapas de férias;
- Envio de mapas de frequência mensal de utentes ao Centro Distrital da Segurança Social;
- Atualização de registos diários nos processos sociais dos utentes;
- Supervisão no envio da contagem de fraldas dos utentes para a tesouraria;
- Agendamento, receçao e acompanhamento das visitas aos utentes, de acordo com o plano de Contingencia para o Covid_19
- Coordenação, receção e entrega de cabazes alimentares no âmbito do programa POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas –12 entregas (350 pessoas/mes), em Castelo Branco e nas 19 freguesias do concelho
- Organização de 3 palestras/Medidas de Acompanhamento no âmbito do Programa Alimentar-POAPMC, sobre (Nutrição, Desperdicio Alimentar e Gestão do Orçamento Familiar)

Sede - Setor 2: Pavilhões F – Pisos 3 e 4 e B – C – E

Atividades Realizadas	Objetivos
Avaliação de Desempenho: ▪ 88 Colaboradores do quadro de pessoal ▪ 20 Colaboradores em final de contrato de trabalho	Avaliar problemas de desempenho, resultados e progressos obtidos em relação ao período anterior
Acolhimento de utentes de acordo com o plano de contingência covid-19 ▪ 30 Acolhimentos ▪ Elaboração de Plano Individual de Cuidados:10 PIC`S	Facilitar o processo de Integração Institucional do Utente
Reuniões: ▪ Caracter Geral: 12	Discussão de assuntos de interesse geral da Instituição; Organização de trabalho nos pisos e gestão de conflitos; Preparar e adequar a resposta dos serviços de forma a criar condições para prevenção e controlo do coronavírus
Participação em sessões de recrutamento e seleção de pessoal: ▪ 10 Participações	Procura de colaboradores com perfil adequado às funções exigidas na ERPI

Aj. Fam. Dom. e 1 Enc. Sector. Com as mesmas, foram realizadas 6 reuniões de trabalho para preparação, programação e avaliação dos serviços prestados.

Emergência Social

Programa de Emergência Alimentar – Cantina Social

Protocolo de colaboração manteve-se igual a 2019, sendo possível fornecer 22 refeições/dia.

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Nº de Ref. fornecidas	531	469	507	489	488	418	447	372	426	494	369	372	**5382**
Nº Benefic.	11	11	11	10	9	8	9	7	13	10	8	7	
(Nº Agreg.)	11	11	11	10	9	8	9	7	10	9	8	7	
Ref. desperdiçadas	50	17	70	2	19	35	29	15	34	32	6	15	**324**

Tabela 6: Refeições fornecidas

Com início da pandemia, articulamos com os beneficiários para se deslocarem apenas 1 vez/dia à instituição e começamos a servir as refeições em caixas plásticas descartáveis, para evitar contactos.

Emergência Social

Acordo de Cooperação Atípico – Capacidade para 4 utilizadores/beneficiários.

De Janeiro a Março recebemos 5 Agregados/Situações, sendo 4 encaminhadas pela LEN e 1 pela Seg. Social/SAAS. 3 são agregados familiares incluindo 3 crianças, 1 Homem e 4 Mulheres. As problemáticas predominantes são situações de violência familiar e desalojados.

Torna-se preocupante a permanência nesta resposta ser por períodos mais alargados, com problemas associados a problemas de saúde graves que implicam maior supervisão. De Abril a Dezembro não recebemos beneficiários atendendo ao risco inerente.

Foto 7: Instalações desta resposta social

colaboradores e entrevistas de comunicação de resultados; Elaboração e Gestão dos Mapas de Férias; atendimento a utentes, familiares e colaboradoras, participação nas eucaristias mensais; coordenação e apoio às atividades específicas desenvolvidas pelo animador; gestão das Escalas de Serviço; requisição e gestão de material e ajudas técnicas.

- Participação no Congresso UCCI (24/2)

Centro Social Dr. Adriano Godinho *(Rua da Quinta Nova e Rua Elias Garcia)*

A estrutura residencial para idosos, Centro Social Dr. Adriano Godinho tem capacidade para 38 utentes.

Devido à pandemia – SARS CoV 2 que condicionou todas as ERPI´S a possuir um quarto de isolamento, encontram-se institucionalizados 37 utentes desde Maio de 2020, tendo sido também criado um quarto de emergência de acordo com as diretivas da DGS.

Apesar de a capacidade ser para 38 utentes apenas 24 utentes são comparticipados pela Segurança Social. Nesta estrutura funcionava também a valência de Centro de Dia que devido à pandemia foi encerrada desde Março de 2020. A média de idades dos utentes situa-se nos 88 anos.

No que respeita às atividades de vida diária, a maioria dos utentes são autónomos (15 utentes), 9 utentes apresentam dependência ligeira, 6 utentes apresentam dependência moderada e sete utentes apresentam uma grande dependência sendo 5 destes acamados. Durante o ano ocorreram três falecimentos - por agravamento do estado de saúde dos utentes - e três admissões.

2020 foi um ano marcante e extremamente desafiante:

- Ao nível da saúde física e mental dos utentes e colaboradoras;
- Na orientação e implementação de medidas de controlo e de proteção com o objetivo de evitar e/ou limitar possíveis contágios do vírus SARS CoV 2;
- Na gestão de recursos materiais e humanos;
- Na informação e formação das colaboradoras no que respeita a formas de atuação ao vírus SARS CoV 2, tendo sido realizadas várias reuniões e ações de formação/sensibilização durante o ano;
- No atendimento às famílias, tentando disponibilizar informações solicitadas, tranquiliza-las e promover o contacto entre as mesmas e os seus familiares;

Durante a pandemia do Covid-19 tivemos que reconfigurar algumas das atividades e projetos assim como o tamanho dos grupos e o local onde as mesmas decorriam, sempre de acordo com as diretivas da DGS. Apesar destas condicionantes os utentes do CSAG aderiram significativamente às atividades propostas:

- **Projeto " Família"** – Gravações de mensagens de conforto dos utentes para os seus familiares; Pequenos filmes onde foram recolhidos testemunhos das vivências dos utentes (Páscoa, 25 de Abril; Dia da Mãe; Dia do Pai; Santos Populares) para serem visionados pelas famílias; Utilização da aplicação WhatsApp com as famílias para que pudessem interagir e comunicar; Utilização da aplicação ZOOM no Natal para que as famílias pudessem participar na Festa de Natal do CSAG;
- **Projeto "Novas realidades"** – os utentes foram convidados a utilizar e a experienciar a Realidade Aumentada no motor de busca do Google;
- **Pequenos passeios à Quinta Estival** – com o objetivo de sair da instituição;

Durante este ano foram ainda realizadas diversas atividades com os utentes e com as colaboradoras com o objetivo: Estimulação das funções cognitivas (memória, raciocínio, atenção, orientação,

Serviço de Saúde dos Utentes (SCMCB)

Sede, Centro Social Dr. Adriano Godinho, Centro de Dia Sto. António

É objetivo do Serviço de Saúde da SCMCB, a ***promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na área curativa, de reabilitação, reintegração e bem-estar psicossocial***, assim como ***garantir qualidade dos serviços prestados, visando a satisfação dos seus utentes.***

De acordo com as atividades propostas para o ano de 2020, apresentamos ações desenvolvidas para ir de encontro ao plano previamente traçado:

- Prestação de ***Cuidados Médicos*** (por três clínicos, diariamente conforme horário estipulado, e 24h/dia em contato telefónico, para situações de emergência sempre que necessário); realizando-se 8482 consultas; com prescrição de 7969 receitas médicas; 224 pedidos de Exames Complementares de Diagnóstico (análises, Rx, ECG, EEG, e outros); e sempre que necessário, procedeu-se a encaminhamento dos utentes a outros serviços e especialidades médicas.

- Prestação de ***Cuidados de Psicologia*** (diariamente): para utentes e famílias, com atendimento individualizado ou em grupo, psicoterapia, colaboração com clínicos e enfermeiros, em atividades comuns; realizando 60 contatos individuais (1º contato com utente); 1442 contatos de acompanhamento psicológico; 50 sessões de Estimulação Cognitiva (individual e de grupo); 71 reuniões técnicas com os vários funcionários que contatam com os utentes sinalizados; 13 contatos com familiares significativos; 59 consultas de neuropsicologia; orientação de 1 estágio de académico de mestrado.

- Prestação de ***Cuidados de Enfermagem*** (24h/dia), presencialmente na Sede e apoio a restante instituição quando necessário; com medidas terapêuticas medicamentosas e curativas, e preventivas de higiene, alimentação e conforto físico e psicológico. Realizaram-se 2 Reuniões internas de enfermagem e 1 do serviço de saúde contrariando o programado de reuniões regulares e periódicas, por motivos de contenção pelo desenrolar da pandemia por Covid-19, que de igual modo condicionou os Estágios curriculares de enfermagem (limitados a 10 alunos) e a Formação continua interna com ações de formação e informação dirigidas a Médicos, Enfermeiro, Ajudantes de Lar e Centro de Dia, Ajudantes de Enfermaria, Utentes e seus familiares;

- Prestação de ***Cuidados de Medicina Física de Reabilitação*** por fisioterapeuta afeta ao serviço, quando solicitados por utentes ou familiares, e perante um pagamento suplementar na prestação mensal. Sendo avaliados /tratados 86 utentes, num total de 2009 sessões; com avaliação inicial de cada utente proposto e avaliado o potencial para implementar ou não a fisioterapia, não só no âmbito da reabilitação (pós-operatório), como também da prevenção (síndromes de imobilidade, prevenção de quedas, manutenção da autonomia nas AVD`s) e ensino (adequar auxiliares de marcha, uso de ortóteses, ensino, de transferências de posição, a utentes/colaboradoras).

- ***Apoio Administrativo*** (diário de 2ª a 6ª feira, em horário de expediente), com controlo de stocks de medicação, marcação de exames, programação de deslocações e saídas de utentes para consultas externas, contato com utentes e familiares, e restante processo administrativo de apoio a médicos e enfermeiros.

- Promoveu-se ***formação externa***, facilitando a frequência pelos seus elementos cursos e ações, preferencialmente via *internet.*

- Orientação de estágio académico de mestrado (contatos com supervisão, horas de orientação, planificação e acompanhamento da estagiária).
- Elaboração de material para sessões de estimulação.

Centro Comunitário João Carlos d'Abrunhosa

A prestação de cuidados de saúde aos utentes do CCJCA, foi assegurada pela equipa de saúde, médico, enfermeiros, fisioterapeuta e psicóloga.

Atos clínicos mais relevantes: identificação dos utentes com necessidade de cuidados médicos, gestão do regime terapêutico, avaliação e controlo dos sintomas e sinais vitais, controlo de tensão arterial nos doentes hipertensos, controlo da glicémia capilar nos diabéticos, cuidados de penso nos doentes com feridas, promoção da mobilidade, estimulação cognitiva.

Durante o ano de 2020, foram prestados aos utentes 2402 consultas, tendo sido prescritas um total de 2179 receitas.

Para avaliação e despiste de certos diagnósticos e respetivo encaminhamento, quando necessário, foram prescritos meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Por se tratar de um ano atípico, relacionado com a pandemia, tiveram que ser adotadas medidas de prevenção e controle de infeção por *SARS-CoV 2* nomeadamente: elaboração de plano de contingência de acordo com as normas publicadas pela DGS; aplicação de sinalética no CCJCA; uso de equipamento de proteção individual e soluções de desinfeção SABA.

Efetuada testagem com colheita de zaragatoas aos utentes e funcionários, para despiste de *SARS-CoV 2*, sempre que havia casos suspeitos.

Procedeu-se à administração da vacina da gripe a todos os utentes.

Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) (Av. Dia de Portugal)

Na seguinte tabela apresentam-se os resultados da UCCI SCMCB, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, comparativamente ao mesmo período de 2019:

Indicador	2020	2019
Nº de utentes em internamento na UCCI	201	216
Diárias de Internamento em UMDR	7203	7.347
Taxa média de ocupação em UMDR	93,7%	95,9%
Diárias de Internamento em ULDM	10467	10.592
Taxa média de ocupação em ULDM	95,4%	96,7%
Utentes para Descanso do Cuidador	22	32
Nº. total de Óbitos	27	31
Nº. de Óbitos - Utentes em fim de vida	20	22
Pedidos de Transferências	15	20
Altas	152	167

- Apostar no crescimento das ofertas do centro. Desde Outubro de 2020, começamos a oferecer TOcupacional + TFala (que nunca se apresentou no serviço!) Vão se iniciar consultas de Reumatologia;
- Apostar na publicidade do CMR nos Media com + conteúdos científicos;
- Manter a manutenção mínima para garantirmos a futura utilização da piscina, que considero primordial para os tempos pós-COVID;
- Manter e aprofundar as relações com a Escola de Saúde;
- Realizar ação (ões) de formação para os profissionais (sobre tema de interesse e a discutir). Caso haja congresso de Geriatria/Gerontologia patrocinado pela SC, o centro deverá marcar presença com apresentações na área da reabilitação;
- Celebrar dias específicos importantes para os doentes (ex: dia do AVC...);
- Aumentar a comunicação e a publicitação dos nossos tratamentos para aumentar a adesão com o exterior (melhorar a publicidade, propor publicitar no jornal, panfletos aos doentes).

SAAS – Rede Local de Intervenção Social

Resultados – Atendimento/Acompanhamento

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Nº Processo Ativos	170	195	220	265	285	308	346	360	382	400	437	**446**
Atendimento	254	224	228	235	176	206	221	186	161	172	166	**176**
Acompanhamento	63	55	63	147	128	143	139	101	179	188	225	**149**
Total AT/AC	**317**	**279**	**291**	**382**	**304**	**349**	**360**	**287**	**340**	**360**	**391**	**325**

Tabela 7: Resultados

O SAAS no ano de 2020 registou 3985 atendimentos / acompanhamentos.

Apoios Pecuniários atribuídos pelo SAAS

Tipo de Apoio	Nº Atribuído	Valor final
Apoios Pecuniários	152	33 232,94 €
Comunidade Terapêutica	13	3 285,00 €
Apoios a Farmácia	2	273,60 €
Apoios de Emergência	8	349,15
		Total: 37 140,69 €

Tabela 8: Apoios atribuídos

Acordos de Intervenção Social

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acordos de Intervenção Social	8	6	8	14	10	8	10	11	10	11	14	0

Tabela 9:Acordos

- ✓ Reuniões periódicas com interlocutora do Centro Distrital da Segurança Social;

Centro de Medicina de Reabilitação

- Foram efetuados diversos trabalhos de conservação e reparação das instalações e equipamentos.

Centro Infantil Alberto Trindade

- Foram efetuados diversos trabalhos de conservação e reparação dos edifícios e equipamentos.

Centro Infantil Jacqueline Albert

- Foram efetuados diversos trabalhos de conservação e reparação das instalações e equipamentos.

Serviços Agrícolas

- Continuou-se com a produção de produtos agrícolas para consumo da Instituição.

Parque Auto

Serviço de transportes

Durante o ano 2020, devido a todos os constrangimentos relacionados com a epidemia COVID 19, o objetivo principal do serviço de transportes foi manter a saúde física e psicológica dos colaboradores que se encontravam a trabalhar, mantendo em funcionamento os serviços essenciais a todas as valências da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, nomeadamente alimentação entre as valências da Misericórdia, alimentação dos utentes do Centro de Dia, serviços de saúde (consultas, medicamentos e transporte dos enfermeiros), transporte do correio, roupa, transporte do pessoal administrativo, entre outros.

Foram ainda realizadas cerca de 84 intervenções de manutenção e de reparação nas viaturas da Misericórdia, não estando incluídas neste número as deslocações mensais de manutenção que as viaturas afetas ao Serviço de Apoio Domiciliário, ao Armazém, ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, à Agricultura, ao Centro Comunitário João Carlos D'Abrunhosa e ao Serviço de Saúde efetuam à oficina.

Durante o ano 2020 foram abatidas duas viaturas, uma afeta ao Serviço de Saúde e a outra ao Armazém, tendo sido adquiridas duas para sua substituição. Foi também adquirida uma viatura para o Cento Comunitário João Carlos d'Abrunhosa e instalado em quinze viaturas o sistema de identificação do condutor.

Alimentação

Ao longo do ano fizeram-se várias reuniões com os colaboradores, no sentido de se melhorar o serviço e consciencializá-los da sua responsabilidade.
Fez-se um projeto e melhorou-se o espaço físico da cozinha da UCCI. O melhoramento do espaço e a aquisição de novos equipamentos, permitiu ao serviço de alimentação aumentar a qualidade e a oferta nutricional.

Relativamente à prestação de serviços, melhoramos a oferta alimentar com a aquisição de novos produtos (carne/peixe/sobremesas) e com o aperfeiçoamento e confeção de novos pratos. Oferecemos refeições com maior aporte nutricional e com consistência adequada aos utentes mais debilitados e melhoramos as ceias dos colaboradores que efetuam o turno da noite.
Todos os colaboradores da área alimentar tem formação profissional em cozinha e ações de formação ao longo do ano. Com a formação pretendemos que desenvolvam competências, que nos permitam uma maior capacidade competitiva.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2020

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2020

Índice

Balanço 3

Demonstração dos Resultados por Naturezas 4

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios 5

Demonstração dos Fluxos de Caixa 6

Anexo 7

1. Identificação da Entidade 7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 7
3. Principais Políticas Contabilísticas 8
3.1. Bases de Apresentação 8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração 8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 11
5. Ativos Fixos Tangíveis 12
6. Ativos Intangíveis 13
7. Empréstimos Obtidos 13
8. Inventários 14
9. Rédito 14
10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas 15
11. Benefícios dos empregados 15
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 16
13. Outras Informações 16
13.1. Investimentos Financeiros 16
13.2. Créditos a receber 16
13.3. Diferimentos 17
13.4. Outros ativos correntes 17
13.5. Caixa e depósitos bancários 18
13.6. Fundos Patrimoniais 18
13.7. Fornecedores 18
13.8. Estado e Outros Entes Públicos 18
13.9. Outros passivos correntes 19
13.10. Fornecimentos e serviços externos 19
13.11. Outros rendimentos 19
13.12. Outros gastos 20
13.13. Resultados Financeiros 20
13.14. Acontecimentos após data de Balanço 21

Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2020	Datas 31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	12 133 980,81	12 199 279,90
Bens do património histórico e cultural	5	391 182,69	391 182,69
Ativos intangíveis	6	25 936,33	-
Investimentos financeiros	13.1	124 228,99	140 103,18
Outros créditos e ativos não correntes	13.4	180 949,95	180 949,95
Subtotal		12 856 278,77	12 911 515,72
Ativo corrente			
Inventários	8	159 242,48	71 535,89
Créditos a receber	13.2	315 655,43	319 772,98
Estado e outros Entes Públicos	13.8	29 843,53	20 945,63
Diferimentos	13.3	39 906,75	41 147,09
Outros ativos correntes	13.4	546 232,37	405 390,49
Caixa e depósitos bancários	13.5	1 547 170,09	1 682 049,39
Subtotal		2 638 050,65	2 540 841,47
Total do Ativo		**15 494 329,42**	**15 452 357,19**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	13.6		
Fundos		236 126,99	236 126,99
Reservas		8 189 427,37	8 189 427,37
Resultados transitados		222 028,08	337 667,33
Excedentes de revalorização	5	660 901,56	715 188,42
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais		3 725 454,06	3 630 023,51
Resultado Líquido do período		(591 528,94)	(91 285,76)
Total do fundos patrimoniais		12 442 409,12	13 017 147,86
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	1 037 178,63	798 251,09
Subtotal		1 037 178,63	798 251,09
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	341 322,42	305 694,15
Estado e outros Entes Públicos	13.8	164 049,34	149 745,50
Financiamentos obtidos	7	311 007,22	158 275,03
Diferimentos	13.3	41 443,45	83 919,05
Outros passivos correntes	13.9	1 156 919,24	939 324,51
Subtotal		2 014 741,67	1 636 958,24
Total do passivo		3 051 920,30	2 435 209,33
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		15 494 329,42	15 452 357,19

Castelo Branco, 19 de Maio 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS 2020	PERÍODOS 2019
Vendas e serviços prestados	9	4 727 247,86	4 906 282,38
Subsídios, doações e legados à exploração	10	3 263 906,17	2 963 656,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1 109 693,44)	(958 759,17)
Fornecimentos e serviços externos	13.10	(1 346 998,78)	(1 379 321,16)
Gastos com o pessoal	11	(6 494 808,14)	(6 051 556,88)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2e13.4	(873,54)	2 800,77
Aumentos/reduções de justo valor	13.4	3 844,49	3 920,45
Outros rendimentos	13.11	793 212,86	787 483,91
Outros gastos	13.12	(115 519,06)	(47 000,32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(279 681,58)	227 506,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(301 322,32)	(306 365,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(581 003,90)	(78 858,71)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.13	2 191,14	3 370,82
Juros e gastos similares suportados	13.13	(12 716,18)	(15 797,87)
Resultados antes de impostos		(591 528,94)	(91 285,76)
Resultado líquido do período		(591 528,94)	(91 285,76)

Castelo Branco, 19 de Maio 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Alterações no exercício de 2019:

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1		236 126,99	8 189 427,37	613 470,17	463 686,72	3 861 715,69	(442 791,85)	12 921 635,09	-	12 921 635,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Realização do excedente de revalorização de AFT's e AFI's		13.6			21 991,73	(21 991,73)			-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		13.6			(297 794,57)	273 493,43	(274 201,34)	442 791,85	144 289,37		144 289,37
	2		-	-	(275 802,84)	251 501,70	(274 201,34)	442 791,85	144 289,37	-	144 289,37
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(91 285,76)	(91 285,76)		(91 285,76)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							351 506,09	53 003,61	-	53 003,61
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Subsídios, doações e legados		13.6					42 509,16		42 509,16		42 509,16
	5		-	-	-	-	42 509,16	-	42 509,16	-	42 509,16
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	1=1+2+3+4		236 126,99	8 189 427,37	337 667,33	715 188,42	3 630 023,51	(91 285,76)	13 017 147,86	-	13 017 147,86

Castelo Branco, 19 de Maio 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Alterações no exercício de 2020:

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1		236 126,99	8 189 427,37	337 667,33	715 188,42	3 630 023,51	(91 285,76)	13 017 147,86	-	13 017 147,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Realização do excedente de revalorização de AFT's e AFI's		13.6			673,47	(673,47)			-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		13.6			(116 312,72)	(53 613,39)	(115 215,19)	91 285,76	(193 855,54)		(193 855,54)
	2		-	-	(115 639,25)	(54 286,86)	(115 215,19)	91 285,76	(193 855,54)	-	(193 855,54)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(591 528,94)	(591 528,94)		(591 528,94)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							(500 243,18)	(785 384,48)	-	(785 384,48)
Subsídios, doações e legados		13.6					210 645,74		210 645,74		210 645,74
	5		-	-	-	-	210 645,74	-	210 645,74	-	210 645,74
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	1=1+2+3+4		236 126,99	8 189 427,37	222 028,08	660 901,56	3 725 454,06	(591 528,94)	12 442 409,12	-	12 442 409,12

Castelo Branco, 19 de Maio 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2020	PERÍODOS 2019
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		4 900 527,34	5 222 616,73
Recebimentos de subsídios	10	3 261 236,04	2 949 720,53
Recebimentos de bolsas	10	8 642,64	8 517,73
Pagamento a fornecedores		(2 651 512,90)	(2 555 895,14)
Pagamentos ao pessoal		(6 500 984,28)	(6 128 782,84)
Caixa gerada pelas operações		(982 091,16)	(503 822,99)
Outros recebimentos/pagamentos		169 428,44	271 005,50
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(812 662,72)	(232 817,49)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(262 167,40)	(127 099,60)
Investimentos financeiros	13.1	(24 378,99)	(20 794,69)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	5	538 933,05	523 520,00
Subsídios ao investimento	13.6	18 000,00	7 309,16
Juros e rendimentos similares	13.13	3 501,43	6 462,62
Dividendos	13.11	169,10	169,10
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		274 057,19	389 566,59
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	7	550 000,00	-
Doações	10	24 782,40	35 200,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	(158 340,27)	(155 653,60)
Juros e gastos similares	13.13	(12 715,90)	(15 797,75)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		403 726,23	(136 251,35)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(134 879,30)	20 497,75
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 682 049,39	1 661 551,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**1 547 170,09**	**1 682 049,39**

Castelo Branco, 19 de Maio 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

Anexo

Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa ao longo dos exercícios objeto aqui de reporte.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados neste Anexo estão expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede em Rua Bartolomeu da Costa, na cidade de Castelo Branco.
A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, fundada da no ano de 1514, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristãs.
Tem como atividade a prestação de serviços sociais e de saúde na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s (entre outros):

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 86906 Outras actividades de saúde humana, n.e.
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- 88990 Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras de 2019 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura que já era o SNC-ESNL, não originando, a adoção em 2020 da presente versão do SNC-ESNL, quaisquer diferenças relevantes nas demonstrações financeiras, pelo que se verifica boa comparabilidade entre as demonstrações financeiras de 2020 e 2019.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Outros ativos e passivos correntes*" (Notas 12.4 e 12.9) e "*Diferimentos*" (Nota 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes da mesma.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu "justo valor", deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa

inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida (0)
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos*" (Nota 12.11) e/ou "*Outros gastos*" (Nota 12.12).

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu "justo valor". Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (que acompanham os bens do ativo fixo tangível que lhes estão subjacentes).

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	8

3.2.4. Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou subsidiariamente o FIFO (*first in, first out*).

Os bens de inventário produzidos internamente (normalmente produtos hortícolas e frutas) são valorizados ao preço de custo de aquisição do artigo/produto equivalente, como se tivessem sido adquiridos externamente.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

<u>Clientes e outras contas a Receber</u>

Os "*Clientes*" e as "*Outras contas a receber*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

<u>Outros ativos e passivos correntes</u>

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

<u>Caixa e Depósitos Bancários</u>

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

No caso dos "*Encargos Financeiros*" de "*Empréstimos Obtidos*" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea b) deste artigo:

"b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;"

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9. Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" em contrapartida da rubrica de "Outros Ativos Correntes", na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.

ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica "Outros Ativos Correntes" (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.

iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação e é reconhecida na rubrica "Outros Rendimentos" (a crédito) em contrapartida da rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais".

iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de "Outros Passivos Correntes".

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2019, não ocorreram quaisquer movimentos nesta tipologia de bens:

31 de Dezembro de 2019						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
CUSTO / VALORIZAÇÃO						
Bens imóveis	292 422,22	-	-	-	-	292 422,22
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	10 355,76	-	-		-	10 355,76
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	88 404,71		-		-	88 404,71
Esculturas	-	-	-	-	-	-
Total	391 182,69	-	-	-	-	391 182,69

Igualmente, no período de 2020, não ocorreram quaisquer movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural", tal como se pode verificar pelo quadro seguinte:

31 de Dezembro de 2020						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
CUSTO / VALORIZAÇÃO						
Bens imóveis	292 422,22	-	-	-	-	292 422,22
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	10 355,76	-	-		-	10 355,76
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	88 404,71		-		-	88 404,71
Esculturas	-	-	-	-	-	-
Total	391 182,69	-	-	-	-	391 182,69

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram resumidas nos seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2019						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2019
CUSTO / VALORIZAÇÃO						
Terrenos e recursos naturais	2 947 878,95	8 425,00	(50 140,26)	-	57 119,36	2 963 283,05
Edifícios e outras construções	9 142 924,85	25 275,00	(150 420,76)	111 954,28	171 358,08	9 301 091,45
Equipamento básico	1 934 838,07	15 805,71	-	7 433,65	-	1 958 077,43
Equipamento de transporte	473 146,62	14 250,00	-	-	-	487 396,62
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	299 169,09	280,72	-	-	-	299 449,81
Outros Ativos fixos tangíveis	383 939,10	2 576 51	-	-	-	386 515,61
Ativos fixos tangíveis em curso	242 545,66	122 425,17	-	(119 387,93)	-	245 582,90
Total Custo	15 424 442,34	189 038,11	(200 561,02)	-	228 477,44	15 641 396,87
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	601 206,63	187 510,79	(17 454,30)	-	-	771 263,12
Equipamento básico	1 555 765,66	76 311,84	-	-	-	1 632 077,50
Equipamento de transporte	421 425,29	20 734,44	-	-	-	442 159,73
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	286 584,88	4 744,82	-	-	-	291 329,70
Outros Ativos fixos tangíveis	288 223,20	17 063,72	-	-	-	305 286,92
Total Depreciações	3 153 205,66	306 365,61	(17 454,30)	-	-	3 442 116,97
Total Ativos Fixos Tangíveis	12 271 236,68	(117 327,50)	(183 106,72)	-	228 477,44	12 199 279,90

Durante o período de referência do presente documento (2020) ocorreram diversas aquisições de bens para quase todas as rubricas de ativos, bem como algumas reclassificações de ativos fixos tangíveis em curso, para ativos tangíveis e intangíveis, efetivos e depreciáveis, bem como foram ainda desreconhecidos 12.773,58 € (para gastos) uma vez que deixaram de cumprir os critérios para capitalização como ativos (ver nota 13.12).

Ocorreram também algumas alienações de bens, nomeadamente alguns imóveis, cujos valores contabilísticos estão refletidos na coluna de "abates".

Foram ainda calculadas e reconhecidas as depreciações nos termos legais aplicáveis e segundo as taxas que constam do DR.25/2009, em função dos anos de vida útil esperada para cada um dos bens.
Tal como nos exercícios económicos anteriores, continuou-se a aplicar a metodologia dos duodécimos no cálculo das depreciações.

De seguida, apresenta-se o quadro resumo dos movimentos ocorridos em 2020:

31 de Dezembro de 2020						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
CUSTO / VALORIZAÇÃO						
Terrenos e recursos naturais	2 963 283,05	11 540,00	(40 066,05)	-	(20 340,00)	2 914 417,00
Edifícios e outras construções	9 301 091,45	36 821,70	(120 198,16)	-	(58 300,35)	9 159 414,64
Equipamento básico	1 958 077,43	380 450,34	-	16 227,00	-	2 354 754,77
Equipamento de transporte	487 396,62	18 400,00	(10 205,09)	-	-	495 591,53
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	299 449,81	7 724,61	-	-	-	307 174,42
Outros Ativos fixos tangíveis	386 515,61	4 742,94				391 258,55
Ativos fixos tangíveis em curso	245 582,90	54 611,20	(1 845,00)	(55 209,91)		243 139,19
Total Custo	15 641 396,87	514 290,79	(172 314,30)	(38 982,91)	(78 640,35)	15 865 750,10
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	771 263,12	187 139,06	(1 086,82)		(146,63)	957 168,73
Equipamento básico	1 632 077,50	74 925,35	-	-	-	1 707 002,85
Equipamento de transporte	442 159,73	17 451,14	(10 163,55)			449 447,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	291 329,70	4 967,56	-	-	-	296 297,26
Outros Ativos fixos tangíveis	305 286,92	16 566,21	-	-	-	321 853,13
Total Depreciações	3 442 116,97	301 049,32	(11 250,37)	-	(146,63)	3 731 769,29
Total Ativos Fixos Tangíveis	12 199 279,90	213 241,47	(161 063,93)	(38 982,91)	(78 493,72)	12 133 980,81

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

Em 2020, foram pela primeira vez reconhecidos Ativos Intangíveis, no montante global 26.209,33 €, por transferência (reclassificação) da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em curso".
A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram resumidas no seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
CUSTO						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	26 209,33	-	26 209,33
Total Custo	-	-	-	26 209,33	-	26 209,33
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS						
Projectos de Desenvolvimento	-	273,00	-	-	-	273,00
Total Depreciações	-	273,00	-	-	-	273,00
Total Ativos Intangíveis	-	(273,00)	-	26 209,33	-	25 936,33

Estes ativos são constituídos unicamente pelo valor dos projetos de desenvolvimento realizados e utilizados para a realização dos investimentos em equipamentos básicos (renovação dos ERPI's).

7. Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.
Durante o ano 2020 foram contratualizadas 2 novas operações financeiras para fazer face ás necessidades de tesouraria (de forma a evitar constrangimentos decorrentes dos efeitos da pandemia COVID19) e para auxílio nos investimentos em execução. Essas operações revestiram a forma de um Crédito a 7 anos com o capital inicial de 500.000 € e de uma Conta Caucionada com o limite de 150.000 €.
No final do ano, as duas operações estavam utilizadas, pelo valor limite da Conta Caucionada e pelo valor de 400.000 € no caso do Crédito.

Em 31 de Dezembro de 2020, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	161 007,22	1 037 178,63	1 198 185,85	158 275,03	798 251,09	956 526,12
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	150 000,00	-	150 000,00	-	-	-
Contas Bancárias de *Factoring*	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	311 007,22	1 037 178,63	1 348 185,85	158 275,03	798 251,09	956 526,12

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	62 218,15	968 076,91	-	71 535,89	1 197 400,03	-	159 242,48
Produtos Acabados e Intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
Total	62 218,15	968 076,91	-	71 535,89	1 197 400,03	-	159 242,48
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				958 759,17			1 109 693,44
Variações nos inventários da produção				-			-

De referir que os valores da rubrica "*Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*" se desdobra da seguinte forma:

Matérias consumidas:	2020	2019
Géneros alimentares	743 147,51	690 612,26
Prod. higiene pessoal dos utentes	100 544,56	71 727,00
Material de penso e consumo	98 407,45	46 807,70
Medicamentos	44 256,06	59 586,18
Fraldas	98 473,96	79 117,94
Outras matérias consumidas	24 863,90	10 908,09
Total	1 109 693,44	958 759,17

Verificaram-se diversas variações, em diferentes sentidos, pois algumas das rubricas viram o seu valor aumentar (p.ex. géneros alimentares) principalmente devido ao aumento de preços verificado nos produtos durante (e após) a pandemia COVID19.

As rubricas relacionadas com os produtos de higiene pessoal, material clínico, pensos, consumo e ainda outras matérias consumidas (descartáveis) viram o seu valor subir significativamente, pois a necessidade destas matérias disparou com a implementação das medidas de combate e prevenção da pandemia COVID19.

Existem, no entanto, outras rubricas cujo valor reduziu, normalmente as maioritariamente relacionadas com o cada vez mais intenso funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados, em grande parte, devido a um trabalho de inventariação (no final do exercício) cada vez mais abrangente e completo.

9. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	15 919,00	7 617,68
Prestação de Serviços	4 711 328,86	4 898 664,70
Quotas dos utilizadores	4 695 391,86	4 877 074,70
Quotas e Jóias	7 107,00	9 765,00
Serviços Secundários	8 830,00	11 825,00
Total	4 727 247,86	4 906 282,38

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A maioria, de todos estes subsídios à exploração, são reconhecidos no momento do seu recebimento, com exceção daqueles cujos gastos a que se destinam a compensar são devidamente conhecidos e diretamente atribuíveis. Nestes casos, estes rendimentos são reconhecidos (se possível) no exercício em que ocorreu efetivamente o respetivo gasto, independentemente da sua data de recebimento.

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de *"Subsídios do Governo"* e *"Apoios do Governo"*:

Descrição	2020	2019
Subsídios e Apoios do Governo		
Acordos Segurança Social - Infância	955 564,05	907 542,40
Acordos Segurança Social - Familia	13 435,00	16 015,00
Acordos Segurança Social - Terceira Idade	1 977 089,42	1 880 684,92
Acordos Segurança Social - Serv. Emergência	1 038,36	3 863,73
RLIS - SAAS	129 572,04	113 642,68
IFAP - Apoios Agrícolas	1 072,43	858,09
POISE - Portugal 2020	32 979,56	35 207,90
IEFP - Medidas Apoio Emprego	10 452,65	4 055,65
ISS - Medidas COVID	19 355,28	-
CMCB - Apoio COVID	85 450,00	-
Subsídios de outras entidades	13 114,98	-
Doações, Heranças e Legados	24 782,40	1 786,55
Total	**3 263 906,17**	**2 963 656,92**

Durante o ano 2020 verificou-se o encerramento de todos os processos de pedido de reembolso da medida denominada como "RLIS" tendo resultado que dos valores reconhecidos nesta rubrica, durante os anos anteriores excederam em 36.492,09 € os reembolsos efetivamente obtidos. Assim, de forma a regularizar as contas correntes desta medida, foi reconhecido o montante antes referido na rubrica de gastos de anos anteriores (ver nota 13.12).
De forma a reduzir o impacto dos gastos extraordinários com o combate e prevenção da pandemia COVID19 foram reconhecidos subsídios no montante total de 104.805,28 €.

11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2020 e 2019, foi respetivamente, de 13 membros, sendo na data de encerramento deste exercício, a constituição destes órgãos, a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

- Manuel Duarte Cardoso Martins – Presidente
- João Paulo Martins Infante P. Benquerença – Vice-Presidente
- Armindo Marques Matias – Secretário

Mesa Administrativa

- José Augusto Rodrigues Alves – Provedor
- João Fernando Goulão Pinto – Vice-Provedor
- Fátima Maria Monteiro dos Santos Almeida – Secretária
- Carlos Joaquim Duarte R. Ribeiro – Tesoureiro
- Maria de Lourdes C.M. Ramalho Eanes – Vogal
- Adelino José Caio Minhós – Vogal
- João Manuel Silva Salvado - Vogal

Definitório ou Conselho Fiscal

- Jorge Manuel Vieira Neves – Presidente
- Alfredo da Silva Correia – Vice-Presidente
- Emílio Manuel Gonçalves Ferro – Secretário

Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Pessoas ao Serviço	Média 2019	Média 2020	Dezembro 2020
Colaboradores P/ Conta Outrem	480	503	520
Colaboradores Independentes	23	19	16
Total	503	522	536

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	5 193 835,20	4 853 830,52
Indemnizações	13 955,17	13 143,95
Encargos sobre as Remunerações	1 155 076,18	1 083 552,48
Seguros de Acidentes de Trabalho	106 373,57	87 883,33
Outros Gastos com o Pessoal	25 568,02	13 146,60
Total	6 494 808,14	6 051 556,88

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "*Investimentos Financeiros*":

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	11 458,50	54 406,29
Investimentos em associadas	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Investimentos noutras empresas	1 746,00	1 746,00
Outros investimentos financeiros	111 024,49	83 950,89
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	124 228,99	140 103,18

Com as finalidades de exploração, aproveitamento e beneficiação do património rustico da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, continua a ser detida a 100 % a sociedade por quotas "Dança Estival – Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda.", cujo valor é reconhecido/atualizado pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido neste exercício reconhecidos, para além dos resultados (- 39.079,80 €), os valores referentes a outras rubricas de capital próprio da participada (nomeadamente imputação de subsídios ao investimento - 3.867,99) por contrapartida da classe 57 dos capitais próprios desta instituição.

13.2. Créditos a receber

Rubrica constituída por Clientes e Utentes e outros créditos a receber:

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	227 911,01	251 767,12
Utentes	83 285,04	67 311,34
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	944,13	944,13
Utentes	41 553,34	40 943,66
Perdas por Imparidade		
Clientes	(944,13)	(944,13)
Utentes	(37 093,96)	(40 249,14)
Outros		
Total	**315 655,43**	**319 772,98**

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, foram as seguintes:

Descrição	2020	2019
Clientes	-	-
Utentes	(3 155,18)	493,43
Total	**(3 155,18)**	**493,43**

13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Rendas pagas antecipadamente	507,19	533,85
Seguros	28 513,31	31 156,05
Fornecimentos e serviços externos	10 886,25	9 457,19
Total	**39 906,75**	**41 147,09**
Rendimentos a reconhecer		
Rendas faturadas antecipadamente	9 280,05	9 683,25
Prestações de Serviços	96,77	871,21
Subsídios à exploração	32 066,63	73 364,59
Total	**41 443,45**	**83 919,05**

13.4. Outros ativos correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os seguintes valores a receber e/ou investidos:

Descrição	2020	2019
"Devedores diversos"		
Adiantamentos ao pessoal	1 908,80	3 346,74
Devedores por acréscimos de rendimentos	142 317,82	49 572,81
Subsídios à exploração contratados	68 785,23	266 875,94
Inquilinos (rendas)	78 190,93	74 022,50
Subsídios ao investimento contratados	161 100,72	-
Outros devedores	86 343,03	39 944,43
Perdas por Imparidade (rendas)	(60 057,13)	(56 573,14)
Contas Correntes de Associadas	39 073,42	781,54
Adiantamentos a fornecedores	17 942,86	17 942,86
"Investimentos Financeiros" correntes		
FRSS - Fundo Reestrut. Setor Solidário	5 037,85	5 037,85
Ações CEMG (Monteplo Geral)	1 000,00	1 000,00
Ações E.D.P. - Energias de Portugal, S.A.	4 588,84	3 438,96
Total	**546 232,37**	**405 390,49**

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, podem detalhar-se assim:

Descrição	2020	2019
Outros Devedores (Rendas)	(3 483,99)	-
Total	**(3 483,99)**	**-**

Mantiveram-se todos os investimentos financeiros já anteriormente detidos.

Para os títulos foram realizados os testes de justo valor adequados e se o custo de aquisição/valorização for diferente do justo valor dos ativos líquidos tendo como referência a sua cotação em 31/12/2020, a diferença foi reconhecida diretamente em resultados do período, como aumentos ou reduções por justo valor.

Para além dos ativos correntes antes referidos, existem também alguns outros ativos de natureza **não corrente**. Nestes, não ocorreu qualquer variação no seu valor, mantendo-se o empréstimo concedido à associada "Dança Estival, Lda.", no valor de 179.000,00 € e a carteira de Certificados de Renda Perpétua no valor de 1.949,95 €.

13.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	4 100,45	4 223,36
Depósitos à ordem	143 069,64	436 826,03
Depósitos a prazo	1 400 000,00	1 241 000,00
Total	**1 547 170,09**	**1 682 049,39**

13.6. Fundos Patrimoniais

À semelhança dos anos anteriores, também em 2020, para além das habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior, do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento cujos ativos se encontram em utilização / depreciação, foram ainda reconhecidos / desreconhecidos alguns valores contratualizados para reforço ou redução de subsídios de investimento, bem como reclassificados alguns valores de revalorizações e doações para resultados (em virtude da alienação dos bens do ativo diretamente afectos).

Assim, nos *"Fundos Patrimoniais"* ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	236 126,99	-	-	236 126,99
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	8 189 427,37	-	-	8 189 427,37
Resultados transitados	337 667,33	673,47	(116 312,72)	222 028,08
Excedentes de revalorização	715 188,42	-	(54 286,86)	660 901,56
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 630 023,51	210 645,74	(115 215,19)	3 725 454,06
Total	**13 108 433,62**	**211 319,21**	**(285 814,77)**	**13 033 938,06**

13.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	341 322,42	305 694,15
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	**341 322,42**	**305 694,15**

13.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
ATIVO		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	29 843,53	20 945,63
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	**29 843,53**	**20 945,63**
PASSIVO		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 664,02	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	26 125,96	27 229,49
Segurança Social	131 915,19	120 494,28
Outros Impostos e Taxas	2 344,17	2 021,73
Total	**164 049,34**	**149 745,50**

13.9. Outros passivos correntes

A rubrica "*Outros passivos correntes*" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Pessoal	**767,89**	**675,39**
Remunerações a pagar	-	-
Cauções	-	-
Outras operações	767,89	675,39
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-
Fornecedores de Investimentos	**274 224,48**	**65 280,38**
Credores por acréscimos de gastos	**840 209,07**	**795 778,67**
Cauções de outras entidades	**9 400,50**	**13 900,50**
Outros credores	**29 317,30**	**58 189,57**
Adiantamentos de clientes	**3 000,00**	**5 500,00**
Total	**1 156 919,24**	**939 324,51**

13.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição desta rubrica nos períodos 2020 e de 2019, foi a seguinte

Descrição	2020	2019
Subcontratos	18 525,30	21 750,00
Serviços especializados	666 365,96	572 757,29
Materiais	84 847,41	98 796,45
Energia e fluidos	435 717,46	471 162,00
Deslocações, estadas e transportes	834,93	4 610,01
Serviços diversos (*)	140 707,72	210 245,41
Limpeza, higiene e conforto	43 867,41	105 338,53
Comunicação	35 622,60	39 813,15
Rendas e alugueres	41 211,60	41 980,96
Total	**1 346 998,78**	**1 379 321,16**

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

Esta rubrica compreende um conjunto alargado de naturezas de gastos, que vão desde todos os serviços a todos os bens não considerados diretamente consumidos no normal desempenho das atividades e serviços habituais prestados pela entidade.

Verificam-se diversas variações, com sentidos distintos, mas que na globalidade resultaram numa diminuição considerável destes gastos.

As energias (eletricidade e gás para aquecimento) constituem a principal redução considerável desta rubrica, sendo responsáveis pela diminuição de um valor próximo dos 35.500,00 €.

13.11. Outros rendimentos

A rubrica de "*Outros rendimentos e ganhos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	1 214,93	3 126,87
Descontos de pronto pagamento obtidos	129,49	1 907,01
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subs., assoc. e empr. conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	169,10	169,10
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	495 067,64	428 777,13
Outros rendimentos:	296 631,70	353 503,80
Correções relativas a períodos anteriores	5 048,58	3 434,53
Imputação dos subsídios ao investimento	111 347,20	109 482,18
Reembolsos	100 083,28	92 391,45
Donativos	71 409,66	137 476,69
Outros	8 742,98	10 718,95
Total	**793 212,86**	**787 483,91**

Como principal variação, importa referir o considerável aumento na rubrica "Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros", decorrente de uma maior realização de mais valias nas alienações de ativos fixos tangíveis (nomeadamente imóveis) tal como já havia sido referido na nota 5.
A rubrica de "Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros" inclui ainda uma verba considerável (112.811,98 €), decorrente das rendas faturadas aos inquilinos de diversos imóveis, cuja variação negativa ascendeu aos 7.213,97 (-6,0%).
Outra variação considerável verifica-se na rubrica dos donativos, cuja redução ultrapassou os 66.000 €.

13.12. Outros gastos

A rubrica de "*Outros gastos e perdas*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	1 068,69	1 731,10
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,60	0,35
Dívidas incobráveis	5 667,09	3 066,40
Perdas em inventários		-
Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. Conjuntos	39 079,80	30 163,17
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	41,54	-
Outros gastos:	69 661,34	12 039,30
Multas e Penalidades	507,20	217,75
Correções de anos anteriores	58 747,15	3 051,66
Quotizações	3 970,00	3 350,00
Outros	6 436,99	5 419,89
Total	**115 519,06**	**47 000,32**

São duas as rubricas que apresentam um valor mais expressivo, nomeadamente:

1) Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. conjuntos - decorre diretamente do reconhecimento do Resultado Líquido do Exercício de 2020 da associada "Dança Estival – Sociedade Agrícola Unip., Lda.";

2) Correções de anos anteriores – o valor é relacionado basicamente com dois factos:
   a. Durante o ano 2020 verificou-se o encerramento de todos os processos de pedido de reembolso da medida denominada como "RLIS" tendo resultado que dos valores reconhecidos durante os anos 2017, 2018 e 2019 como subsídios à exploração , superaram em 36.492,09 € os reembolsos efetivamente obtidos. Assim, de forma a regularizar as contas correntes desta medida, foi reconhecido este montante na rubrica de gastos de anos anteriores.
   b. Foram reconhecidos 12.773,58 € nesta rubrica de gastos, provenientes da classe de Ativos Fixos Tangíveis em Curso, uma vez que aqueles bens deixaram de cumprir os critérios para capitalização como ativos. Nomeamente por via da sua não finalização/execução pois os investimentos constavam de candidaturas a propramas de apoios e incentivos que não obtiveram aprovação por parte das entidades competentes.

Todas as outras rubricas apresentam valores usuais e habituais para a Entidade, apesar do seu cariz extraordinário. Merecendo destaque a rubrica de:
- "Dívidas incobráveis" (+ 2.600,69 €) cujo aumento decorre das decisões finais após processos judiciais, em virtude da inexistência de quaisquer meios do devedor para satisfazer as dívidas;

13.13.Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	12 716,18	15 797,87
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	**12 716,18**	**15 797,87**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2 191,14	3 370,82
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	**2 191,14**	**3 370,82**
Resultados financeiros	**(10 525,04)**	**(12 427,05)**

13.14.Acontecimentos após data de Balanço

Na sequência do desenvolvimento da infeção epidemiológica por COVID-19, a Mesa Administrativa elaborou um plano de contingência que inclui medidas suscetíveis de minimizar os riscos associados ao desenvolvimento da mesma ao nível de Pandemia.

O alastrar mundial da epidemia do vírus Covid-19, e do impacto das medidas de contenção entretanto tomadas pelas diversas autoridades, fazem antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2021.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe muita incerteza sobre o desenvolvimento da situação, mas à data atual, a Mesa Administrativa informa que não existem indicadores de que as atividades desta entidade venham a ser afetadas, pelo que entendem que não está em causa a continuidade da instituição.

Dada a incerteza, a Mesa Administrativa não está em condições de fornecer informação económica e financeira precisa sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos da instituição, sendo, no entanto, do seu conhecimento que inevitavelmente se verificarão aumentos dos gastos e reduções dos rendimentos sempre que a situação pandémica se agrava e são tomadas medidas de restrição e confinamento por parte das autoridades competentes.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 19 de Maio de 2021.

Castelo Branco, 19 de Maio de 2021

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTELO BRANCO

RUA BARTOLOMEU DA COSTA

CASTELO BRANCO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2020

Caros Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco;

O Definitório ou Conselho Fiscal da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTELO BRANCO**, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem apresentar à Assembleia-geral da Santa Casa o seu Relatório e dar parecer sobre os documentos e prestação de contas, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, nomeadamente sobre o relatório da Mesa Administrativa, balanço, demonstração de resultados, demonstração das alterações do fundo patrimonial, demonstração dos fluxos de caixa e respetivo anexo respeitantes àquele período.

O Conselho Fiscal ou Definitório ao longo do ano realizou os contactos necessários com a Mesa Administrativa, obtendo todas as informações solicitadas sobre os aspetos das atividades desenvolvidas, pelo que sempre lhe foi possível efetuar as verificações necessárias.

Tendo-lhe sido agora presentes os documentos de prestação de contas pela Mesa Administrativa, do período de 2020, considera que:

1 – As demonstrações financeiras apresentam de uma forma verdadeira e apropriada, a situação patrimonial e económica da Santa Casa;

2 – Os citados documentos foram elaborados de acordo com as disposições legais e estatutárias;

3 – As contas apresentadas descrevem o estado e a evolução da gestão da Santa da Casa.

Neste contexto, somos de parecer que:

a) Merece aprovação o Balanço, a Demonstração de Resultados, restantes contas e o relatório da Mesa Administrativa, que foram elaborados de acordo com as normas definidas no SNC para as entidades sem fins lucrativos.

b) O resultado negativo apurado, no montante de 591.528,94 € (quinhentos e noventa e um mil quinhentos e vinte e oito euros e noventa e quatro cêntimos), seja transferido para a conta resultados transitados, conforme proposta constante no relatório da Mesa Administrativa.

Não obstante o referido os membros do Definitório não podem deixar de referir que:
1º - As contas revelaram uma deterioração económica e financeira, relativa ao período anterior, ao ponto de se não ter liberto quaisquer meios, quando no período anterior se libertara 215.079,85 €.

2º - A Santa Casa para vencer este período teve que reduzir aos seus valores financeiros o montante de 290.206,62 €, o que obrigará a que tenham que ser tomadas medidas para se procurar inverter a situação.

3º - Reconhecer que para a deterioração da situação económica e financeira terá contribuído toda a problemática da pandemia Covid 19, que conduziu não só a um crescimento, espera-se que conjuntural, dos custos e redução de receitas, para além de exigir um enorme esforço de adaptação à Mesa Administrativa e ao próprio quadro de pessoal.

Este esforço extraordinário leva o Conselho Fiscal a propor que a Assembleia vote um louvor à Mesa Administrativa e aos quadros dirigentes da Santa Casa, pelo esforço desenvolvido durante este período, que até conduziu a que não se tenha tido grandes problemas sanitários com a pandemia.

Castelo Branco, 20 de Maio de 2021

O Conselho Fiscal

Jorge Manuel Vieira Neves

Alfredo da Silva Correia

Emílio Manuel Gonçalves Ferro

CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

● Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2, r/c - Esq.º 6200-551 COVILHÃ

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTELO BRANCO** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 15.494.329 euros e um total de fundos patrimoniais de 12.442.409 euros, incluindo um resultado liquido negativo de 591.529 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção Bases para a opinião com reserva, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTELO BRANCO** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com Reservas

A entidade ainda não concluiu a inventariação e avaliação de todos os bens de sua propriedade, quer Bens do Ativo Fixo Tangível, quer Bens do Património Histórico e Cultural, de forma a poder efetuar a sua correta integração na contabilidade. Este facto influencia o valor apresentado nas rubricas mencionadas e nas depreciações do exercício.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de

Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentos aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar um distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova da auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas

divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditora obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representem as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Castelo Branco, 25 de maio de 2021

CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Registada na CMVM sob o nº 20161596
Representada por João Alberto Cruz Martins, ROC nº 735